

Contra a Fraude e a Evasão Fiscal

Sofia Silva

Entrevista com Fabio DE MASI, Deputado ao Parlamento Europeu do Partido Die Linke (Alemanha)

Em Novembro de 2014, na sequência de uma investigação conduzida por um consórcio internacional de jornalistas, rebenta o escândalo «Luxleaks». Através da divulgação de documentos, que até então eram secretos, a Europa e o mundo tomam conhecimento de várias decisões fiscais tomadas pelo Governo luxemburguês, na altura liderado pelo actual presidente da Comissão Europeia – Jean Claude Juncker –, as quais favoreceram fiscalmente perto de 350 empresas multinacionais.

Na sequência deste escândalo, e pressionado pela justa indignação dos cidadãos, o Parlamento Europeu decide criar uma Comissão Especial para inquirir sobre esta matéria.

Constituída a TAXE – comissão especial para decisões fiscais e outras medidas de natureza ou efeitos similares – o deputado do PCP, Miguel Viegas, foi nomeado coordenador para o grupo político GUE/NGL.

Dada a importância política de que é revestida esta temática, a equipa editorial da revista «Portugal e a UE» decidiu entrevistar o relator-sombra do relatório desta comissão para o GUE/NGL. Fabio DE MASI, deputado do Partido Die Linke (A Esquerda, Alemanha) no Parlamento Europeu, além de ser membro da TAXE é ain-

da membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

A evasão fiscal e as práticas de planeamento fiscal agressivo representam uma enorme perda de recursos públicos e uma grande injustiça para os povos que arcam com todo o peso da austeridade. Isto, infelizmente, não é novo. Na tua opinião, o que causou o súbito interesse sobre esta questão no seio das instituições europeias?

O Luxembourg Leaks, ou Luxleaks, colocou o Presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker, no centro das atenções. As fugas de informações revelaram acordos entre empresas multinacionais e o Estado luxemburguês – cujo governo era liderado por Juncker – que previam a diminuição da factura fiscal abaixo de 1 por cento dos lucros. Claro que este escândalo alarmou os decisores políticos da UE, uma vez que é difícil justificar a austeridade quando um cartel político organizado dentro da União Europeia organiza um roubo fiscal avaliado em mil milhões de euros anuais. No entanto, de acordo com a lei da concorrência na UE, estes acordos são legais se beneficiarem todas as empresas da mesma maneira. Isso significa que se a Google e a Amazon pagarem ambas 1% de impostos, não há nenhum problema. Se apenas a Amazon pagar 0% de impostos, então isto representa uma discriminação relativamente à Google. Absurdo? Bem-vindo à União Europeia.



Todo este escândalo começou com a Luxleaks, que afecta claramente a legitimidade do presidente da Comissão Europeia, JC Juncker, que fez parte deste governo do Luxemburgo durante mais de vinte anos. No entanto, e como se viu, a prática de acordos entre as autoridades fiscais nacionais e as empresas multinacionais é generalizada na maioria dos governos da UE. Como avalia o comportamento dos principais grupos políticos do Parlamento Europeu (direita, social-democratas e liberais) relativamente às suas responsabilidades nos seus respectivos países?

Eles tentaram impedir uma verdadeira comissão de inquérito do Parlamento, protegendo assim Juncker e companhia. O presidente do Eurogrupo e ministro das finanças holandês, Jeroen Dijsselbloem, é um social-democrata. Ele intimava o governo grego para cortar pensões. Ao mesmo tempo, os Países Baixos são um canal notório por onde fluxos financeiros saem da UE sem pagar impostos. Isso inclui milhões ou até milhares de milhões de receitas fiscais perdidas para a Grécia devido a empresas de fachada holandesas, como no caso da empresa Gold Mining Eldorado. O presidente do grupo liberal no Parlamento, Guy Verhofstadt, foi primeiro-ministro da Bélgica. A Bélgica é também um paraíso fiscal proeminente. No entanto, isto não é simplesmente sobre algumas pessoas de mau carácter. Este é um problema endémico para a UE. As empresas que beneficiam deste sistema estão sedia-



das nos EUA, na Alemanha ou na França. Assim, enquanto os governos dos grandes países da UE condenam publicamente o problema, estes mesmos países bloqueiam qualquer solução a fim de proteger os lucros das suas grandes corporações.

Na tua avaliação, quais os aspectos que consideras mais relevantes no trabalho da Comissão Fiscal ao longo dos últimos meses?

A comissão não tem mandato para mudar nada. Mas era uma ferramenta útil para entender melhor como o cartel funciona para sonegar impostos aos Estados nacionais. Infelizmente, a maioria do Parlamento ajudou Juncker a fugir. O que nós realmente precisamos é de pressão pública e de indignação. Por isso, espero que novos escândalos surjam. O nosso grupo (GUE/NGL) trabalhou de perto com os denunciantes corajosos, como o Antoine Deltour, ex-funcionário da PwC que revelou os acordos do Luxleaks. E, juntamente com o meu camarada Miguel Viegas, que coordena o trabalho dos membros do GUE/NGL na comissão, também tivemos êxitos importantes. Por exemplo, provei que Juncker tinha mentido à comissão sobre uma página de um relatório sobre o *dumping* fiscal no Luxemburgo, que foi mantida em segredo durante 18 anos.

Ele teve que admitir o erro e facultou-me a página. Estivemos perto de derubá-lo como Presidente da Comissão.

És o relator-sombra do relatório final que vai concluir o trabalho da Comissão TAXE. Na tua opinião, quais são os resultados práticos que podemos esperar do relatório e em que medida podemos dizer aos cidadãos que valeu a pena todo esse trabalho?

No relatório figurarão certamente algumas palavras com interesse. Ele afirma que os governos em toda a UE, bem como a Comissão, violaram o direito da UE – que é mais sobre a concorrência do que a justiça fiscal. Faz algumas recomendações úteis sobre a transparência, sobre a protecção dos denunciantes e da cooperação das administrações fiscais. Mas não chega nem perto do que é realmente importante. Nada diz sobre justiça fiscal, ou sobre a necessidade de maior escrutínio público sobre a fiscalidade das sociedades, ou ainda sobre a tributação das empresas em função da sua actividade económica real num determinado país. Os grandes grupos [políticos] do Parlamento continuam protegendo o grande capital. A esquerda vai manter a luta, a nível europeu e nacional, para uma maior exposição da enorme injustiça fiscal e da hipocrisia das elites políticas.